



Sorgila

SOCIEDADE
DE ARGILAS, S.A.

DIREÇÃO GERAL DE ENERGIA E
GEOLOGIA



* 2 0 1 8 1 0 1 2 A 2 4 1 1 *

E-29439/2018



DMC
Eng. A. Calain
16/10/2018
Severina

À:

DGEG

Direção Geral de Energia e Geologia

Av. 5 de Outubro, 208

Edifício Sta. Maria

1069-203 Lisboa

MN PC DI 6 18
Eirol

Registado c/ AR

Data
12/10/2018

N/ Ref.º
51/18

V/ Ref.º

Assunto: Requerimento para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino

Exmos. Senhores,

A Sorgila, SA vem, nos termos do nº 1 do Artigo 5º do Decreto-Lei nº 88/90 de 16 de Março, requerer a atribuição dos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de caulino para uma área denominada "Eirol" sita no concelho de Aveiro, conforme o requerimento DGEG e respetivos documentos que se enviam em anexo.

Sem outro assunto de momento, com os melhores cumprimentos,

A Administração,

SORGILA
SOCIEDADE DE ARGILAS, S.A.
A ADMINISTRAÇÃO

Luis Caetano

Anexos:

- Anexo: Requerimento para atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais e respetivos anexos.



Senhor Secretário de Estado da
Energia,

A SORGILA,S.A., com sede em RUA PRINCIPAL, N° 1420, 2415-002, BIDOEIRA DE CIMA, LEIRIA e escritórios em RUA DO BARRACÃO, N°1700, 2420-221,COLMEIAS, detentora do Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC) 500274517, telefone N° 244720580 e fax N° 244721097, vem, nos termos do Artigo 17° do Decreto-Lei n° 88/90 de 16 de Março, requerer a V. Exa a concessão de exploração de depósitos minerais de caulino relativamente à área com 235, 87 ha, situada na união de freguesias de Eixo e Eirol, concelho de Aveiro e delimitada pela poligonal cujos vértices, em coordenadas no sistema PT-TM 06/ETRS 89 (European Terrestrial Reference System 1989), são:

Vértice	X(m)	Y(m)
1	-35207,6	104710,8
2	-35485,1	104002,7
3	-35887,9	103530,4
4	-35915,6	103896,1
5	-36807,3	103817,3
6	-36792,4	103197,4
7	-36316,1	103118,0
8	-36256,6	102205,2
9	-36825,4	102211,8
10	-37467,0	103422,2
11	-36845,9	104190,1
12	-35918,8	104875,9

O pedido deve obrigatoriamente ser acompanhado por ficheiro de coordenadas em formato XLS ou ficheiro de geometria em formato vetorial (geralmente shapefile) a enviar para o endereço eletrónico recursos.geologicos@dgeg.pt com a indicação do requerente e da área a que respeita.

O depósito mineral de caulino é caracterizado sucintamente do seguinte modo:
Descrito no documento em anexo.

Para responsável pela futura direção técnica da exploração propomos o seguinte técnico:
Sra. Marisa Sofia Alves dos Santos

Junto os elementos seguintes:

1. Certidão do ato constitutivo da entidade para a qual é requerida a concessão, ou o seu projeto, no caso de ainda não se encontrar constituída, bem como, sendo caso disso, a relação dos sócios e corpos gerentes, com indicação do capital social subscrito e realizado ou forma prevista para a sua realização.
2. Termo de responsabilidade do diretor técnico e respectivo currículo com comprovativo da respetiva inscrição na DGE.

3. Relatório pormenorizado com a descrição do depósito mineral e peças desenhadas necessárias à sua boa interpretação.
4. Planta topográfica, à escala 1:10 000, reportada a dois marcos geodésicos, com implantação dos trabalhos realizados e demarcação pretendida.
5. Plano de Mina constituído por 3 componentes Plano de Lavra com a descrição das instalações mineralúrgicas, Plano de Segurança e Saúde e Plano Ambiental de Recuperação Paisagística com a descrição das medidas de antipoluição e de recuperação de terrenos a adotar, quando for caso disso.
6. Estudo da pré-viabilidade da exploração.
7. Comprovativo do pagamento do último IRC liquidado.
8. Prova de se encontrar regularizada a situação contributiva perante a Segurança Social.
9. Parecer prévio a que se refere o nº 1 do Art.º 23º do Decreto-lei nº 73/2009 de 31 de Março (Reserva Agrícola Nacional) a emitir pela Entidade Regional da RAN, quando a área de exploração (área do Plano de Lavra) esteja integrada total ou parcialmente na RAN
10. Cópia das plantas de ordenamento e condicionantes dos Planos Diretores Municipais dos Concelhos envolvidos;

Os pontos 1, 7, e 8 são considerados confidenciais pela empresa.

Pede deferimento

Bidoeira de Cima, 12 de outubro de 2018


A Administração

Notas:

1. O processo deverá ser apresentado em original e duas cópias
2. Caso não esteja disponível o parecer prévio da Entidade Regional da RAN deverá ser apresentado o respectivo recibo de entrega do requerimento.